

# APRESENTAÇÃO

A presente publicação consolida uma série de informações sobre os balanços sociais de empresas que atuam no Brasil e utilizam o modelo Ibase como parâmetro. Os dados ora publicados mostram a evolução - os avanços e retrocessos - dos discursos e das práticas empresariais e diversas informações sociais, financeiras e ambientais divulgadas por meio dessa importante e estratégica ferramenta da responsabilidade social corporativa - que começou a ser utilizada, de maneira ainda incipiente, durante os anos de 1997 e 1998. O nosso modelo chega a 2008 como o instrumento mais utilizado pelas empresas que buscam demonstrar publicamente suas informações socioambientais e aceitaram o desafio da transparência.

Passando por algumas remodelações e ajustes nestes últimos dez anos, esse modelo de balanço social é uma bandeira de luta pela transparência e pelo controle cidadão lançada pelo Ibase, junto com alguns de seus parceiros, que se consolidou como uma das principais referências no tema. Nada mais atual e ainda muito desafiador para empresas e organizações da sociedade civil. Conheça este belo instrumento de controle social.

*Ciro Torres e Cláudia Mansur*

## Balanço social, uma experiência exitosa

**T**ransparência. Essa tem sido a tônica da campanha pela divulgação do balanço social das empresas nos seus dez anos de vida. Mesmo sem se valer de campanhas publicitárias para ressaltar suas características, aos poucos, o modelo Ibase de balanço social conquistou o reconhecimento das empresas que, de forma voluntária, viram nele uma forma efetiva de demonstrar suas ações no campo da responsabilidade social. Nesse período, consolidou-se como instrumento conhecido e utilizado para a divulgação das informações sobre a responsabilidade social das empresas.

Em torno da idéia de que o modelo Ibase de balanço social revela valores éticos, como a participação, a igualdade, a diversidade de gênero e raça, a inclusão de pessoas com deficiência, entre outros, o Ibase vem a público prestar contas da real situação das empresas que publicaram o balanço social nessa última década.

Esta publicação apresenta uma consolidação inédita desses dados e informações. O espírito deste documento é trazer para o debate público os números, as informações e análises, a partir de dados publicados pelas próprias empresas. O objetivo é simples: queremos ressaltar em quais pontos as empresas avançaram e em que ritmo; em quais questões necessitam melhorar e quais os desafios éticos a serem enfrentados nos próximos anos.

Costuma-se dizer que, no Brasil, o movimento pela responsabilidade social avançou rapidamente. O tema ganhou espaço na mídia e seminários são promovidos com grande frequência. As empresas, quase sempre, fazem referência, nas suas mensagens publicitárias, ao discurso da responsabilidade social, mas pouco se discute sobre a efetividade de todas as iniciativas. Qual o percentual do gasto em ação social privada sobre o ganho das empresas? Essa participação vem crescendo? Como tem sido a evolução da inclusão de mulheres e negros no mercado de trabalho e quais posições essas pessoas ocupam na hierarquia das organizações? Até que ponto os números do balanço social confirmam essa evolução ética tão propagada?

QUEREMOS RESSALTAR EM QUAIS PONTOS AS EMPRESAS AVANÇARAM E EM QUE RITMO; EM QUAIS QUESTÕES NECESSITAM MELHORAR E QUAIS OS DESAFIOS ÉTICOS A SEREM ENFRENTADOS NOS PRÓXIMOS ANOS

Outro aspecto essencial que muito nos orgulha neste momento é que, depois de dez anos de experiência com balanço social, podemos dizer que o instrumento foi importante para pautar as discussões de acesso ao mundo do trabalho para pessoas com deficiência, para repensar a inserção dos negros e das negras no universo empresarial.

Foi a partir da publicação do balanço social que diversas organizações sindicais puderam fazer denúncias sobre a exploração de trabalhadores e trabalhadoras em situações análogas à escravidão. E o movimento em defesa dos direitos das mulheres utiliza, cada vez mais, os dados dessa ferramenta para denunciar a injustiça que esse segmento sofre no ambiente corporativo.

Num país onde a desigualdade social continua como um dos principais problemas, e onde a riqueza ostensiva dos conglomerados nacionais e multinacionais divide espaço com a pobreza degradante, exigir das empresas uma postura ética e responsável - com práticas efetivas e não apenas com discurso - passa, necessariamente, pela pressão da sociedade.

Tal objetivo se constitui uma tarefa complexa, principalmente porque esse tema ainda encontra resistência em vários setores da sociedade civil organizada. Apesar de tudo isso, tem sido estimulante promover o debate público a partir das análises dos balanços sociais das empresas. Para o Ibase, não se trata apenas de denunciar, mas de questionar, incluir o tema sob outra perspectiva. Esse é o nosso desafio.



**João Sucupira** - Economista, diretor do Ibase

# Empresas: o imperativo da responsabilidade

**P**ara uma organização de cidadania ativa, como o Ibase, enfrentar a questão da responsabilidade social empresarial representa um enorme desafio político e de análise. O Ibase se pauta pela edificação de uma democracia incluyente, política e, ao mesmo tempo, social, na qual todas as relações e processos devem ser democráticos, justos e sustentáveis. Ou seja, nos orientamos por uma perspectiva de sociedade em que todos os direitos humanos sejam garantidos a todos os membros desta sociedade, no respeito à diversidade, sem discriminações ou desigualdades.

Claro que, para tanto, é fundamental que se instaure, no coração da própria sociedade, uma cultura radicalmente democrática, de direitos e responsabilidades de todas e todos, fundamentada nos princípios éticos da liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação. A cidadania ativa é a garantia primeira e constituinte das sociedades democráticas. Mudanças democráticas e sustentáveis dependem, porém, necessariamente, da institucionalidade de um Estado de direitos para o conjunto da cidadania, e de uma economia também democrática, que esteja a serviço dos cidadãos e das cidadãs; provendo bens e serviços fundamentais à vida. Nesta perspectiva, até avançamos no Brasil em algumas direções, mas, definitivamente, não temos uma democracia social.

O sistema empresarial está na base do modelo de economia que possuímos e é seu grande motor. Por isso mesmo, é impossível não associar à atuação das empresas os problemas estruturais de exclusão social, pobreza, desigualdade e destruição ambiental; só para lembrar as mazelas mais evidentes desse modelo de economia. Os problemas, porém, não acabam aí: o princípio organizador dos negócios em uma economia de mercado não foi e não é a responsabilidade socioambiental. Agora, a apropriação e o uso do conceito - distorcido, não importa - de responsabilidade social empresarial pode ser um bom mote para a boa imagem pública e conquista de fatias de mercado para as empresas. Os exemplos são muitos. Então por que o Ibase se mete no meio de tal questão de alto risco?

É justamente por assumir sua responsabilidade como organização de cidadania ativa que o Ibase - uma pulga em relação ao mundo empresarial - enfrenta o desafio e o risco de estabelecer um diálogo crítico, uma vigilância cidadã e uma pressão para que empresas sejam responsáveis e, por meio de suas organizações e práticas correntes, se constituam em produtoras, também, de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

É um compromisso que buscamos entre as empresas e delas cobramos total responsabilidade sobre o seu papel na sociedade brasileira. Chegar a esse ponto implicou grande esforço do próprio Ibase, de seus idealizadores, como o Betinho, de seus atuais dirigentes e das equipes internas de ativistas e analistas sociais. Sabemos que rompemos com uma eterna desconfiança em relação às empresas, que ainda existe em nosso meio de organizações civis, e buscamos criar um novo patamar de disputa política. Sim, queremos deixar bem claro que o Ibase também disputa com as empresas o conceito e o sentido do que é ser uma organização empresarial responsável.

## **Perspectiva de ação**

As empresas são um tipo de organização social cuja finalidade primeira e razão fundamental de existência é prover - produzir e comercializar - bens, produtos e serviços à sociedade. Para isto, elas têm acesso a pessoas e usam bens e recursos que pertencem à sociedade como um todo, antes de serem bens privados. Ou seja, é a sociedade que concede às empresas o direito de acesso e uso privado dos recursos, desde que atendam às finalidades últimas de seu uso. Esse elemento - o direito privado - muitas vezes obscurece e, normalmente, inverte o próprio sentido e a razão de ser das empresas entre nós. Para ser claro, é evidente que as sociedades concedem às empresas o direito do lucro - a apropriação dos excedentes - desde que elas satisfaçam responsabilmente o fim para que lhes foi concedido tal direito: produzir bens, produtos e serviços para a satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade. Mas, concretamente, qual a empresa em nosso meio que não estabelece como objetivo primeiro o seu lucro a qualquer custo?

PARA NÓS, DO IBASE, AS EMPRESAS NÃO TÊM ESCOLHA EM SER OU NÃO SER RESPONSÁVEIS. O QUE ELAS PODEM E DEVEM ESCOLHER É O MODO DE EXERCER A SUA NECESSÁRIA RESPONSABILIDADE

O problema da responsabilidade social das empresas começa aí mesmo, na prioridade acordada à produção de bens e serviços ou aos lucros. Por exemplo, pode ser responsável uma empresa que produz tabaco ou armas? Ou ainda, será que merece ser responsável a empresa que, em busca somente de lucro, produz bens de qualidade duvidosa, adulterados ou explorando crianças? Mas tem mais. Não dá, de maneira nenhuma, para considerar responsável a empresa que mantém relações de trabalho degradante em seu seio. Nem é responsável a empresa que discrimina racialmente, que não busca a equidade de gênero, que não se esforça para o bem viver de todas e todos que, pelo seu trabalho, lhe dão vida como organização social. Será responsável a empresa que corrompe? E como tratar a empresa que considera o patrimônio natural uma externalidade, algo a explorar e destruir, sem ser sua responsabilidade? Enfim, a irresponsabilidade é uma característica mais abrangente do que o seu contrário. Basta abrir os olhos e ver. Basta verificar os dados e informações desta publicação. O problema da exclusão social, da desigualdade, da destruição ambiental e muitos outros têm raízes profundas nas prática empresariais que conhecemos.

Para nós, do Ibase, as empresas não têm escolha em ser ou não ser responsáveis. O que elas podem e devem escolher é o modo de exercer a sua necessária responsabilidade. E isso está longe das boas ações maquiadoras de cunho filantrópico. A filantropia não é responsabilidade social empresarial, é apenas uma boa e louvável ação, muitas vezes necessária em uma sociedade de emergências como a que vivemos.

Responsabilidade empresarial é reconhecer o caráter de patrimônio insubstituível das empresas como base da economia de uma sociedade que busca ser democrática, que valoriza sua cidadania e usa de forma sustentável a natureza, sem comprometer gerações futuras. O saber fazer empresarial - organizar e fazer funcionar uma empresa supõe enorme criatividade, ousadia e base científica e técnica, não desperdiçando recursos humanos, materiais e econômicos, para não levar à destruição da própria empresa como organização da sociedade - é um enorme bem social. Que tal empresa seja capitalista, também, não é desculpa para praticar a irresponsabilidade.

Reafirmamos e repetimos: as empresas, para gozarem de direitos, devem ser responsáveis produtoras e distribuidoras de bens, produtos e serviços de que necessitam a sociedade. Não dá para fugir desse parâmetro. Somos loucos e sonhadores? Talvez sim, mas como constituir uma economia a serviço da democracia social, da sustentabilidade e de todos os homens e todas as mulheres do planeta?

Um ponto especial na prática da responsabilidade empresarial, na sua publicização (tornar público não é necessariamente estatizar) por assim

dizer, é a questão da informação. O negócio intramuros precisa não temer em se abrir para a sociedade, para a cidadania. Ou, melhor dito, é um dever das empresas prestar contas de seus negócios. Ser transparentes. A responsabilidade social empresarial não acaba na legalidade, no cumprimento das leis. Muito do negócio legal é totalmente ilegítimo e indigno do ponto de vista democrático e ambiental, do ponto de vista da vida.

Por isso, é fundamental considerar como exercício de responsabilidade empresarial o fornecimento de informação relevante, acessível e exigível por trabalhadores e trabalhadoras, comunidade onde atua, investidores e governo. Nesse simples compromisso reside a atitude fundamental que demarca o terreno entre responsabilidade e irresponsabilidade no comando dos negócios de uma empresa. É difícil? Sem dúvida! Mas como ter direitos sem uma contrapartida de responsabilidades? Como ser ético sem ter transparência e participação?

Sabemos que as questões levantadas e os dados apresentados neste livro são apenas um esboço da complexidade e dos problemas que ainda teremos que resolver nas pontes e diálogos que o Ibase sempre estabeleceu - e seguirá estabelecendo - com as empresas, particularmente com um grupo mais aberto de empresários, suas organizações representativas e pessoas com poder de influir no rumo das companhias privadas e estatais.

Acreditamos verdadeiramente que não avançaremos se não pusermos as cartas na mesa e enfrentarmos, com coragem, nossas diferenças e até nossas divergências. Afinal, temos a certeza de que a organização que se abre a tal diálogo difícil e arriscado - tanto no meio empresarial como no seio da sociedade civil organizada - é porque se orienta por uma ética comum, de trabalho conjunto por uma sociedade mais democrática, justa e sustentável. Até aqui a aventura, do ponto de vista do Ibase, apesar das críticas, está valendo a pena nestes 10 anos.



**Cândido Grzybowski** - Sociólogo, diretor do Ibase